

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31

No que diz respeito aos direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a opção correta.

- A É assegurado o direito à indenização por dano moral no caso de violação da intimidade.
- B É vedada a prestação de assistência religiosa nas entidades militares de internação coletiva.
- C É livre a manifestação do pensamento, contudo, em passeatas o anonimato é permitido.
- D Tolerar-se a tortura realizada por policial a fim de se evitar perecimento de direitos alheios.
- E Ninguém será privado de direitos por motivo de convicção filosófica, mesmo invocando-a para eximir-se de obrigação legal a todos imposta.

QUESTÃO 32

No que se refere aos direitos e deveres individuais e coletivos e às garantias fundamentais previstos na CF, assinale a opção correta.

- A Os presos federais não têm direito à identificação dos responsáveis por sua prisão.
- B A publicidade dos atos processuais é restrita às partes e aos seus advogados.
- C A todos os cidadãos é gratuita a ação de *habeas data*.
- D O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado sempre que alguém sofrer violência em sua liberdade de locomoção.
- E A prisão ilegal só será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária quando decorrente de prova ilícita.

QUESTÃO 33

Em relação aos direitos de nacionalidade, assinale a opção correta considerando o disposto na CF.

- A Aos portugueses com residência permanente no país, serão atribuídos os direitos inerentes a brasileiro nato.
- B Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que cometer crime contra a vida do presidente da República.
- C É privativo de brasileiro nato o cargo de juiz de direito.
- D Considera-se brasileiro naturalizado o nascido no estrangeiro, de pai brasileiro e mãe estrangeira, se o pai estiver a serviço da República Federativa do Brasil.
- E O Distrito Federal e os municípios poderão ter símbolos próprios.

QUESTÃO 34

No que concerne ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), assinale a opção correta.

- A Compete ao CNJ processar e julgar as ações penais impetradas contra os seus conselheiros.
- B O CNJ é integrado por quinze membros, entre eles dois juízes estaduais e dois desembargadores de tribunal de justiça, indicados pelo STJ.
- C Junto ao CNJ atuarão o procurador-geral de justiça e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.
- D O CNJ não está autorizado a propor ação direta de inconstitucionalidade.
- E O CNJ, apesar de órgão do Poder Judiciário, está tecnicamente subordinado ao Tribunal de Contas da União em razão de seu caráter correccional.

QUESTÃO 35

Assinale a opção correta, considerando as normas da CF relativas ao Poder Judiciário.

- A As decisões administrativas dos tribunais deverão ser proferidas em sessões reservadas, como regra.
- B A promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento é medida obrigatória.
- C Compete ao Poder Judiciário fixar a remuneração de seus servidores, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- D Cabe ao STJ processar e julgar os juízes estaduais e do Distrito Federal nos crimes comuns e de responsabilidade.
- E São órgãos do Poder Judiciário os tribunais de justiça dos estados e os conselhos de justiça dos municípios.

QUESTÃO 36

No que se refere ao Ministério Público, assinale a opção correta.

- A O Conselho Nacional do Ministério Público é composto por quatorze membros nomeados pelo presidente da República, após aprovação do Senado Federal.
- B O Ministério Público, instituição permanente que desempenha atividade essencial à função jurisdicional do Estado, é subordinado administrativamente ao Poder Judiciário.
- C São princípios institucionais do Ministério Público a seletividade, a uniformidade e a independência funcional.
- D Os procuradores-gerais dos estados poderão ser destituídos por deliberação do procurador-geral da República.
- E É função institucional do Ministério Público apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração direta e indireta.

QUESTÃO 37

Assinale a opção correta acerca das funções essenciais à justiça, conforme dispõe a CF.

- A A representação da União, na execução da dívida ativa de natureza tributária, cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- B O Ministério Público Federal abrange o Ministério Público Militar.
- C A Advocacia-Geral da União consubstancia órgão do Poder Judiciário.
- D À defensoria pública incumbe a orientação jurídica e a defesa daqueles que não desejam pagar por um advogado.
- E A Advocacia-Geral da União tem por chefe o ministro da Justiça.

QUESTÃO 38

Acerca do Poder Legislativo, assinale a opção correta.

- A** Os territórios não podem eleger deputados.
- B** Diferentemente do que ocorre com os senadores, cada deputado federal será eleito com dois suplentes.
- C** O mandato de senador é de quatro anos.
- D** Em razão de regra constitucional expressa, as deliberações da Câmara dos Deputados serão tomadas por dois terços dos votos.
- E** O Senado Federal é composto por senadores, representantes dos estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

QUESTÃO 39

A respeito do Poder Executivo, assinale a opção correta.

- A** Os ministros de Estado serão escolhidos pelo presidente da República, entre brasileiros aprovados em concurso público de provas e títulos.
- B** Compete exclusivamente ao presidente da República conceder anistia, graça e indulto.
- C** O vice-presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por crimes funcionais.
- D** O presidente da República está sujeito a prisão quando comete infração comum.
- E** Em caso de impedimento do presidente e do vice-presidente da República, serão sucessivamente chamados ao exercício da presidência o presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.

QUESTÃO 40

Conforme disposições da CF, assinale a opção correta a respeito da administração pública.

- A** A lei deverá reservar parte dos cargos e empregos públicos para afrodescendentes e pessoas portadoras de deficiência.
- B** É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias, exceto entre os cargos do Poder Executivo e do Legislativo.
- C** Somente por lei complementar poderão ser criadas autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista e fundação.
- D** É deferida aos servidores públicos a garantia da vitaliciedade, após dois anos de efetivo exercício.
- E** As funções de confiança destinam-se apenas às atribuições de chefia, direção e assessoramento.

QUESTÃO 41

Assinale a opção correta no que se refere à organização político-administrativa.

- A** São bens dos estados-membros os recursos minerais, inclusive os do subsolo, localizados em seus respectivos territórios.
- B** Com o advento da CF ficou proibida a criação de novos territórios federais.
- C** São bens dos municípios os sítios arqueológicos localizados em seus territórios.
- D** A criação de conselhos de contas municipais depende de autorização legal específica.
- E** Segundo a CF, a faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, é considerada essencial para a defesa do território nacional.

QUESTÃO 42

Acerca da organização político-administrativa, assinale a opção correta.

- A** Compete privativamente à União legislar sobre orçamento.
- B** Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente a respeito de comércio interestadual.
- C** Compete privativamente à União legislar a respeito de direito econômico.
- D** Incumbe aos estados explorar os serviços locais de gás canalizado.
- E** É competência comum da União e do Distrito Federal exercer a classificação de diversões públicas para efeito indicativo.

QUESTÃO 43

No que se refere a direitos políticos dispostos na CF, assinale a opção correta.

- A** É vedada a cassação de direitos políticos.
- B** Os brasileiros naturalizados podem votar, mas não podem concorrer a cargo eletivo.
- C** O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para todos os brasileiros naturalizados.
- D** Os militares federais não são alistáveis.
- E** Para ser eleito vereador é preciso ter, no mínimo, 21 anos de idade.

QUESTÃO 44

No que se refere à administração direta e à indireta, à centralizada e à descentralizada, assinale a opção correta.

- A** Trata-se de administração indireta quando o Estado, a fim de obter maior celeridade e eficiência, exerce algumas de suas atividades de forma desconcentrada.
- B** As empresas públicas e as sociedades de economia mista são integrantes da administração indireta, independentemente de prestarem serviço público ou de exercerem atividade econômica de natureza empresarial.
- C** Toda pessoa integrante da administração indireta está vinculada a determinado órgão da administração direta, fato que decorre do princípio da especificidade.
- D** Em virtude do princípio da separação dos poderes, a administração pública direta é exercida exclusivamente pelo Poder Executivo, o qual é incumbido da atividade administrativa em geral.
- E** A criação de empresa pública e de sociedade de economia mista depende de autorização legislativa, porém, o mesmo não ocorre às suas subsidiárias.

QUESTÃO 45

Considere que a prefeitura de determinado município tenha concedido licença para reforma de estabelecimento comercial. Nessa situação hipotética, assinale a opção em que se explicita o poder da administração correspondente ao ato administrativo praticado, além das classificações que podem caracterizá-lo.

- A** poder de polícia, ato unilateral e vinculado
- B** poder hierárquico, ato unilateral e vinculado
- C** poder disciplinar, ato bilateral e discricionário
- D** poder de polícia, ato bilateral e discricionário
- E** poder disciplinar, ato unilateral e discricionário

QUESTÃO 46

A respeito de alguns aspectos do ato administrativo, assinale a opção correta.

- A** A administração tem o poder de revogar todos os atos administrativos, desde que observadas a conveniência e a oportunidade.
- B** O ato discricionário é editado com base em um juízo de conveniência e oportunidade do administrador e com a devida demonstração do interesse público, o que dispensa o controle de legalidade pelo Poder Judiciário.
- C** Por meio da convalidação, os atos administrativos que apresentam vícios são confirmados no todo ou em parte pela administração, e, em caso de vício insanável, ao processo de convalidação dá-se o nome de reforma.
- D** Os atos de gestão da administração pública são regidos pelo direito público.
- E** Agente incompetente, vício de forma e desvio de finalidade são fundamentos que podem resultar em anulação do ato administrativo.

QUESTÃO 47

Acerca das disposições gerais dos agentes públicos, assinale a opção correta.

- A** O agente público não poderá desempenhar função sem que ocupe cargo público.
- B** É condição para a dispensa de ocupantes de cargos em comissão a existência de processo administrativo em que são garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- C** Os agentes delegados são pessoas físicas que desempenham atividades de natureza estatal, sendo, para isso, remunerados pelo poder público.
- D** Todo cargo público é condicionado à adoção de regime jurídico estatutário.
- E** Particulares em colaboração com a administração pública são agentes públicos que exercem função pública com vínculo empregatício, em caráter episódico, sem que percam a qualidade de particulares.

QUESTÃO 48

A respeito dos poderes da administração, assinale a opção correta.

- A** A delegação de atribuições de um órgão público para outra pessoa jurídica configura exemplo de desconcentração administrativa.
- B** Ao tomar conhecimento da ocorrência de infração disciplinar, a administração deve, em um primeiro momento, avaliar a conveniência e oportunidade da instauração de processo administrativo.
- C** O poder regulamentar é prerrogativa conferida à administração pública para expedir normas de caráter geral, em razão de eventuais lacunas, com a finalidade de complementar ou modificar a lei.
- D** Em respeito ao princípio da separação dos poderes, o Congresso Nacional não pode sustar ato normativo do Poder Executivo.
- E** Um dos meios pelo quais a administração exerce seu poder de polícia é a edição de atos normativos de caráter geral e abstrato.

QUESTÃO 49

Assinale a opção correta no que se refere aos poderes e deveres dos administradores públicos.

- A** Caracteriza-se desvio de finalidade quando o agente atua além dos limites de sua competência, buscando alcançar fins diversos daqueles que a lei permite.
- B** Há excesso de poder quando o agente, mesmo que agindo dentro de sua competência, exerce atividades que a lei não lhe conferiu.
- C** Em caso de omissão do administrador, o administrado pode exigir, por via administrativa ou judicial, a prática do ato imposto pela lei.
- D** No exercício do poder hierárquico, os agentes superiores têm competência, em relação aos agentes subordinados, para comandar, fiscalizar atividades, revisar atos, delegar, avocar atribuições e ainda aplicar sanções.
- E** O poder de agir da administração refere-se à sua faculdade para a prática de determinado ato de interesse público.

QUESTÃO 50

Assinale a opção em que se apresenta a ordem que caracteriza, respectivamente, as hipóteses de contratação direta quando 1) há discricionariedade da administração para que se decida realizar a contratação direta; 2) há hipóteses exemplificativas de contratação direta; e 3) a contratação direta decorre da inviabilidade de competição.

- A** licitação dispensável; inexigível; e inexigível
- B** licitação inexigível; inexigível; e dispensável
- C** licitação dispensável; inexigível; dispensável
- D** licitação inexigível; dispensável; e dispensável
- E** licitação dispensável; dispensável; e inexigível

QUESTÃO 51

Acerca do procedimento licitatório, assinale a opção correta.

- A** Determinado bem imóvel adquirido pela União em decorrência de dação em pagamento pode ser alienado por meio de concorrência ou leilão, independentemente de seu valor.
- B** Sendo a adjudicação compulsória ato declaratório e vinculado, obriga-se a administração a celebrar contrato com o vencedor do certame.
- C** Nos casos em que couber leilão, a administração poderá utilizar a modalidade convite e, em qualquer caso, a modalidade concorrência.
- D** A empresa líder de um consórcio é responsável pelos atos praticados em consórcio tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, de modo que as demais consorciadas respondem subsidiariamente.
- E** No âmbito da União, deve ser utilizada a licitação na modalidade pregão se o objeto da contratação for bens ou serviços comuns, desde que seja respeitado o valor estimado da contratação de R\$ 1.500.000.

QUESTÃO 52

Acerca do controle da administração pública, assinale a opção correta.

- A** Controle legislativo é a prerrogativa atribuída ao Poder Legislativo de fiscalizar atos da administração pública sob os critérios jurídicos, políticos e financeiros.
- B** O controle judicial incide sobre a atividade administrativa do Estado, seja qual for o Poder em que esteja sendo desempenhada, de modo a alcançar os atos administrativos do Executivo, do Legislativo e do próprio Judiciário.
- C** O controle da administração pública contempla os instrumentos jurídicos de fiscalização da atuação dos agentes e órgãos públicos, não podendo haver controle sobre pessoas administrativas que compõem a administração indireta, uma vez que aquelas são entes independentes.
- D** Um importante instrumento de controle administrativo é o direito de petição, que consiste na obrigatoriedade que têm os indivíduos de formular pretensões aos órgãos públicos quando verificarem uma irregularidade, sob pena de multa.
- E** Coisa julgada administrativa é a situação jurídica pela qual determinada decisão firmada pela administração não mais pode ser modificada na via administrativa e judicial.

QUESTÃO 53

Ainda com relação ao controle da administração pública, assinale a opção correta.

- A** Verificada a existência de uma irregularidade na atividade administrativa, surgirá a faculdade de o órgão de controle propor as providências a serem adotadas.
- B** O controle interno da atividade administrativa pode ser provocado por atuação de terceiros, desde que estes estejam investidos da condição de agentes estatais.
- C** O controle externo realizado pelo Poder Judiciário é diverso daquele realizado pelo TCU, o que não inviabiliza que o Poder Judiciário revise a atividade de controle executada pelo TCU.
- D** Ao realizar a atividade de controle externo, um órgão pode assumir exercício de competências reservadas por lei a outro órgão e invalidar um ato administrativo viciado.
- E** A titularidade do controle externo da atividade financeira do Estado é da Câmara dos Deputados, com auxílio técnico do Tribunal de Contas da União (TCU).

QUESTÃO 54

Acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

- A** A responsabilidade do agente público, causador do dano a particular, é subjetiva, devendo o Estado, ao ingressar com ação regressiva, comprovar a culpa do agente.
- B** O Estado é civilmente responsável pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, venham a causar a terceiros, excetuados os casos dos agentes sem vínculo típico de trabalho e dos agentes colaboradores sem remuneração.
- C** Entidade integrante da administração indireta, dotada de personalidade jurídica de direito privado e exploradora de atividade econômica, responderá objetivamente pela reparação de danos a terceiros, com fundamento na teoria do risco administrativo.
- D** A demonstração da ocorrência do fato administrativo e do dano causado é suficiente para gerar ao Estado a obrigação de indenizar.
- E** Os casos de ilícito omissivo impróprio são equiparáveis aos atos comissivos para efeito de responsabilidade civil do Estado.

QUESTÃO 55

Com relação aos princípios que fundamentam a administração pública, assinale a opção correta.

- A** Pelo princípio da autotutela, a administração pode, a qualquer tempo, anular os atos eivados de vício de ilegalidade.
- B** O regime jurídico-administrativo compreende o conjunto de regras e princípios que norteia a atuação do poder público e o coloca numa posição privilegiada.
- C** A necessidade da continuidade do serviço público é demonstrada, no texto constitucional, quando assegura ao servidor público o exercício irrestrito do direito de greve.
- D** O princípio da motivação dos atos administrativos, que impõe ao administrador o dever de indicar os pressupostos de fato e de direito que determinam a prática do ato, não possui fundamento constitucional.
- E** A publicidade marca o início da produção dos efeitos do ato administrativo e, em determinados casos, obriga ao administrado seu cumprimento.

QUESTÃO 56

Assinale a opção que explicita o princípio da administração pública na situação em que um administrador público pratica ato administrativo com finalidade pública, de modo que tal finalidade é unicamente aquela que a norma de direito indica como objetivo do ato.

- A** impessoalidade
- B** segurança jurídica
- C** eficiência
- D** moralidade
- E** razoabilidade

QUESTÃO 57

Caio, de dezessete anos de idade, ajuizou ação contra a escola particular em que estuda, objetivando obter indenização por danos morais decorrentes de ofensas repetidamente proferidas por colegas, inclusive com uso de palavras e expressões de baixo calão. O adolescente sustentou que a pessoa jurídica teria obrigação legal e contratual de coibir tais condutas. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** Caso a incapacidade processual de Caio não esteja suprida, caberá ao juiz decretar imediatamente a nulidade do processo.
- B** Se os genitores de Caio forem casados e estiverem no exercício do poder familiar, a falta de anuência de um dos cônjuges inviabilizará o prosseguimento da ação.
- C** A escola será representada em juízo por quem o seu estatuto designar ou, no silêncio deste, por seu diretor.
- D** Se o advogado de Caio registrar, na petição inicial, os palavrões que foram dirigidos a ele pelos colegas, caberá ao juiz mandar riscá-los, pois é proibido empregar expressões injuriosas nos processos.
- E** A ação será ajuizada em nome de Caio, mas um de seus genitores deverá ser indicado como representante legal do filho.

QUESTÃO 58

A respeito das atribuições de advogados e procuradores, assinale a opção correta.

- A** Todos os advogados, inclusive os procuradores de pessoas jurídicas de direito público interno, são obrigados a exhibir procuração para legitimar sua atuação em autos judiciais.
- B** O advogado que detém procuração com poder geral para o foro pode firmar acordo e levantar alvará em nome do seu cliente.
- C** Os advogados têm assegurada a prerrogativa de examinar, no balcão da vara ou na secretaria do tribunal, os autos de qualquer processo, mas necessitam de procuração para levá-los em carga.
- D** Se o prazo for comum, o advogado deve entregar os autos primeiro ao autor, pelo prazo estipulado, e depois ao réu, por igual período.
- E** Qualquer advogado que tenha procuração nos autos tem direito a requerer vista do processo pelo prazo de cinco dias.

QUESTÃO 59

Com base na atuação do Ministério Público, assinale a opção correta.

- A** O Ministério Público será ouvido em todos os conflitos de competência, mas terá qualidade de parte naqueles que suscitar.
- B** O Ministério Público não poderá produzir prova em audiência nas causas em que atuar apenas como *custos legis*.
- C** É imprescindível a intervenção do Ministério Público em ações populares, mas não em mandados de segurança.
- D** Cabe ao juiz determinar a intervenção do Ministério Público nos casos em que a lei a considerar obrigatória, não sendo ônus da parte requerer sua intimação.
- E** Ao ajuizar ação civil pública na defesa de interesses difusos, o Ministério Público atua como fiscal da lei.

QUESTÃO 60

Considerando a disciplina do Código de Processo Civil, assinale a opção correta acerca dos atos processuais.

- A** Quando a citação é feita durante as férias forenses, para evitar perecimento de direito, o prazo para a resposta do réu também correrá durante as férias.
- B** Mediante acordo escrito protocolado nos autos, as partes podem prorrogar ou reduzir os prazos para interposição de recursos.
- C** Compete ao escrivão praticar os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, por iniciativa própria, independentemente de despacho do juiz.
- D** Por ser ato unilateral, a desistência da ação produz efeitos tão logo a parte protocole a petição com o pedido.
- E** Em casos excepcionais, a critério do oficial de justiça, a citação e a penhora podem ser realizadas nos domingos e feriados.

QUESTÃO 61

Assinale a opção correta quanto aos atos processuais, considerando a disciplina do Código de Processo Civil.

- A** Carta precatória é a requisição expedida pelo juiz à autoridade judiciária estrangeira.
- B** Não há publicação de sentença em audiência, uma vez que tal ato deve ser escrito e formal.
- C** Se houver nulidade no processo, o juiz deve declará-la e mandar repetir o ato, ainda que possa decidir a causa em favor da parte a quem aproveite a declaração de nulidade.
- D** A intimação do réu para apresentar sua defesa pode ser feita por correio.
- E** Havendo dois réus, o prazo para defesa corre a partir da juntada aos autos do último aviso de recebimento ou do mandado cumprido.

QUESTÃO 62

A respeito de tutela antecipada, assinale a opção correta.

- A** Se a parte, a título de tutela antecipada, requerer providência cautelar, o juiz deverá indeferir o pedido.
- B** A concessão da tutela antecipada pode ser requerida pelo réu, na sua defesa.
- C** Uma vez deferida, a tutela antecipada só poderá ser revogada na sentença.
- D** A tutela antecipada pode ser concedida quando um dos pedidos cumulados mostrar-se incontroverso.
- E** Havendo verossimilhança da alegação e prova inequívoca, a tutela antecipada deve ser deferida, ainda que seja irreversível.

QUESTÃO 63

Chegou à vara uma petição inicial, pelo procedimento ordinário, com pedido de gratuidade de justiça, desacompanhada de qualquer documento e sem menção ao valor da causa. No fim da petição, o autor protestou pela juntada posterior de documentos que comprovariam cabalmente suas alegações. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** O juiz deve indeferir imediatamente a petição inicial devido à falta de um de seus elementos obrigatórios, que é a indicação do valor da causa.
- B** O juiz deve determinar ao autor que emende a inicial e junte os documentos que mencionou, no prazo de 10 dias.
- C** O juiz deve primeiro mandar citar o réu e só depois analisar a petição inicial, em conjunto com a defesa, para prestigiar sua imparcialidade e o contraditório.
- D** Quando há pedido de gratuidade de justiça, como no caso apresentado, não se dá valor à causa.
- E** A parte pode optar por juntar os documentos comprobatórios de suas alegações só na fase de produção de provas.

QUESTÃO 64

Acerca da resposta do réu, assinale a opção correta.

- A** O advogado dativo do réu deve fazer impugnação especificada de todos os argumentos do autor.
- B** Verificando que o autor não pagou as custas iniciais, o réu deve alegar carência de ação na contestação, antes de discutir o mérito da causa.
- C** A exceção de incompetência absoluta é processada em apenso aos autos principais.
- D** Se houver vários réus com advogados diferentes, o prazo para contestação será dobrado.
- E** Cabe ao réu informar na contestação se existe coisa julgada, ou seja, se existe outra ação idêntica já julgada, ainda que pendente de recurso.

QUESTÃO 65

Acerca de audiência e provas, assinale a opção correta.

- A** Cópias simples de documentos particulares não são admitidas como prova em juízo; é necessária sua autenticação.
- B** Se a parte requerer a inquirição de testemunhas, o juiz não pode indeferir o pedido, sob pena de violação da ampla defesa.
- C** A título de depoimento, a parte pode ler em voz alta, na audiência, texto que tenha preparado anteriormente para esta finalidade.
- D** Se ocorrerem os efeitos da revelia, não deverá ser designada audiência para o caso.
- E** Cada parte tem direito de assistir ao interrogatório da outra em audiência.

QUESTÃO 66

Acerca de audiência e sentença, assinale a opção correta.

- A** São requisitos essenciais da sentença o relatório, os fundamentos e a decisão interlocutória.
- B** A verdade dos fatos estabelecida como fundamento da sentença não faz coisa julgada.
- C** Se verificar erro na sentença publicada, o escrivão pode alertar o juiz para alterá-la por meio de embargo de declaração.
- D** A função do juiz é jurisdicional e, portanto, é impróprio afirmar que exerce poder de polícia na audiência.
- E** Como as audiências são públicas, é absolutamente vedada sua realização a portas fechadas.

QUESTÃO 67

Com relação ao processo de execução, assinale a opção correta.

- Ⓐ A propositura de qualquer ação relativa a débito constante de título executivo impede o credor de promover sua execução, pois a obrigação deixa de ser líquida, certa e exigível.
- Ⓑ O herdeiro do devedor pode ser sujeito ativo na execução.
- Ⓒ Não pode o credor cumular várias execuções contra o mesmo devedor: cada uma deve seguir um processo em separado.
- Ⓓ Se a sentença transitada em julgado declarar inexistente a obrigação que foi executada, caberá responsabilização civil do exequente pelos danos que o executado tiver sofrido.
- Ⓔ O crédito decorrente de honorários de perito aprovados por decisão de juiz constitui título executivo judicial.

QUESTÃO 68

Benjamin ajuizou demanda no juizado especial cível contra seu vizinho, Teodoro, pretendendo obrigá-lo a dividir os custos do muro que construiu para separar as propriedades. Nenhuma das partes foi assistida por advogado na elaboração da inicial e da defesa, nem durante as audiências. O pedido foi julgado procedente. Teodoro, inconformado, protocolou recurso inominado no décimo quinto dia depois de sua regular intimação sobre a sentença. Com base na situação hipotética descrita, assinale a opção correta.

- Ⓐ Não há que se falar em pagamento de preparo recursal, pois no juizado especial não há pagamento de custas.
- Ⓑ Para proceder à interposição do recurso, foi necessário que Teodoro constituísse advogado.
- Ⓒ O recurso deve ser recebido no duplo efeito legal.
- Ⓓ O valor da causa pode ser de até quarenta salários mínimos, no caso.
- Ⓔ O recurso é tempestivo, mas será considerado deserto se o preparo não tiver sido pago.

QUESTÃO 69

Com relação à aplicação da lei processual no tempo, assinale a opção correta.

- Ⓐ Lei processual penal anterior à nova lei continuará a ser aplicada nos processos que se iniciaram sob a sua vigência.
- Ⓑ Nova lei processual penal retroage para alcançar os atos praticados na vigência da lei processual penal anterior.
- Ⓒ Nova lei processual penal tem incidência imediata nos processos já em andamento.
- Ⓓ Atos processuais realizados sob a vigência de lei processual penal anterior à nova lei serão considerados inválidos.
- Ⓔ Nova lei processual penal será aplicada apenas aos processos que se iniciarem após a sua publicação.

QUESTÃO 70

Lei processual penal

- Ⓐ não admite interpretação sistemática.
- Ⓑ não admite aplicação analógica.
- Ⓒ não admite o suplemento dos princípios gerais de direito.
- Ⓓ não deve ser interpretada sempre restritivamente.
- Ⓔ não admite interpretação extensiva.

QUESTÃO 71

Uma autoridade policial instaurou inquérito policial de ofício para a apuração de crime de ação penal pública. Depois de concluído o inquérito, os autos foram remetidos ao juiz competente e, em seguida, ao Ministério Público. O promotor de justiça requereu a devolução do inquérito à autoridade policial para a realização de novas diligências imprescindíveis ao oferecimento da denúncia, o que foi deferido pelo juiz. De posse novamente dos autos, a autoridade policial entendeu que não havia mais nenhuma diligência a ser feita e determinou o arquivamento dos autos de inquérito.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ O Ministério Público agiu incorretamente, já que deveria ter oferecido a denúncia de imediato, após a conclusão do inquérito pela autoridade policial.
- Ⓑ A autoridade policial agiu incorretamente, haja vista que não pode instaurar inquérito policial de ofício para apuração de crime de ação penal pública.
- Ⓒ A autoridade policial agiu corretamente ao arquivar o inquérito policial, uma vez que não havia mais nenhuma diligência a ser realizada.
- Ⓓ O juiz agiu incorretamente, visto que não poderia ter deferido a devolução do inquérito já concluído à autoridade policial.
- Ⓔ A autoridade policial agiu incorretamente, dado que não poderia ter determinado o arquivamento do inquérito policial.

QUESTÃO 72

No que diz respeito ao inquérito policial, assinale a opção correta.

- Ⓐ Se tratando de crimes de ação penal pública condicionada, o inquérito policial poderá ser iniciado de ofício pela autoridade policial sem a representação do ofendido, necessária apenas para dar início à ação penal.
- Ⓑ Tratando-se de crimes de ação penal privada, o inquérito policial poderá ser iniciado mediante requisição do Ministério Público ou da autoridade judiciária.
- Ⓒ O indiciado pode requerer à autoridade policial qualquer diligência que julgue necessária.
- Ⓓ A autoridade policial deve nomear curador ao indiciar menor de 18 anos de idade.
- Ⓔ Nos crimes de ação penal pública, o inquérito policial somente poderá ser iniciado de ofício pela autoridade policial.

QUESTÃO 73

Assinale a opção correta acerca de ação penal.

- Ⓐ Nos crimes de ação penal pública condicionada à representação, o ofendido poderá retratar-se da representação formulada antes do oferecimento da denúncia.
- Ⓑ Não é permitida a intervenção do Ministério Público em processo de ação penal privada.
- Ⓒ Entre os princípios que regem a ação penal pública incondicionada inclui-se o da disponibilidade.
- Ⓓ A divisibilidade consiste em um dos princípios que regem a ação penal privada.
- Ⓔ Se tratando de crimes de ação penal pública incondicionada, em nenhuma hipótese será permitido ao ofendido intentar ação privada.

QUESTÃO 74

A respeito de prisão em flagrante, assinale a opção correta.

- Ⓐ Não pode ser preso em flagrante aquele que é perseguido logo após cometer a infração, mesmo que se presuma ser ele o autor da infração.
- Ⓑ A ausência de testemunhas da infração impede a lavratura do auto de prisão em flagrante.
- Ⓒ O cidadão que presenciar pessoa cometendo uma infração penal tem a obrigação de prendê-la em flagrante.
- Ⓓ O auto de prisão em flagrante deve ser encaminhado ao juiz competente em até vinte e quatro horas após a realização da prisão.
- Ⓔ A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre devem ser comunicados à família do preso em até 24 horas após a realização da prisão.

QUESTÃO 75

A liberdade provisória

- Ⓐ deve ser concedida pelo juiz sempre que estiverem ausentes os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva.
- Ⓑ pode ser concedida pelo juiz somente até o recebimento da denúncia oferecida pelo Ministério Público.
- Ⓒ ao ser concedida pelo juiz, não poderá ser imposta nenhuma outra medida cautelar diversa da prisão.
- Ⓓ pode ser concedida pelo juiz somente mediante a aplicação de fiança.
- Ⓔ pode ser concedida pelo delegado de polícia sem a aplicação de fiança.

QUESTÃO 76

A prisão temporária

- Ⓐ será decretada mediante despacho, que prescinde de fundamentação em caso de comprovada a urgência da prisão.
- Ⓑ poderá ser decretada pelo delegado de polícia, pelo prazo máximo de cinco dias, prorrogável por igual período, em caso de extrema e comprovada necessidade.
- Ⓒ poderá ser decretada pelo juiz, em qualquer fase do processo penal, se comprovada sua extrema necessidade.
- Ⓓ poderá ser decretada pelo juiz, sem a oitiva do Ministério Público, quando solicitada por representação da autoridade policial.
- Ⓔ poderá ser decretada, tratando-se de crime de tráfico ilícito de entorpecentes, pelo prazo máximo de trinta dias, prorrogável por mais trinta dias, em caso de extrema e comprovada necessidade.

QUESTÃO 77

Com relação a *habeas corpus* e seu processo, assinale a opção correta.

- Ⓐ A impetração do *habeas corpus* deve vir acompanhada de comprovante de pagamento das devidas custas judiciais do seu processamento.
- Ⓑ O promotor de justiça poderá impetrar *habeas corpus* caso entenda que o réu em processo penal esteja sofrendo constrangimento ilegal na sua liberdade de ir e vir.
- Ⓒ O pedido de *habeas corpus*, para ser conhecido e julgado, deve estar assinado por advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).
- Ⓓ Somente é cabível o *habeas corpus* caso o paciente já esteja sofrendo violência ou coação em sua liberdade de ir e vir.
- Ⓔ Não é admitida a formulação de pedido de liminar em *habeas corpus*.

QUESTÃO 78

Com base no disposto na Constituição Federal de 1988 acerca do processo penal, assinale a opção correta.

- Ⓐ O contraditório e a ampla defesa são assegurados apenas aos litigantes em processos judiciais.
- Ⓑ A prática de racismo configura crime imprescritível, para o qual se admite a concessão de fiança.
- Ⓒ As provas obtidas por meios ilícitos, desde que produzidas durante inquérito policial, poderão ser admitidas no processo.
- Ⓓ Os crimes hediondos, a prática de tortura, o terrorismo e o tráfico ilícito de entorpecentes são crimes inafiançáveis.
- Ⓔ A instituição do júri terá competência para julgar os crimes dolosos contra a vida e o latrocínio.

QUESTÃO 79

Considerando as disposições constitucionais aplicáveis ao processo penal, assinale a opção correta.

- A** Ninguém será preso sem ordem escrita e fundamentada da autoridade policial competente, salvo nas hipóteses de flagrante delito e nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar definidos em lei.
- B** A prisão ilegal poderá ser relaxada pela autoridade judiciária apenas após a análise da conclusão do inquérito policial encaminhado pelo delegado de polícia.
- C** Ao preso será assegurada a assistência de advogado, salvo nos casos em que a autoridade policial tenha decretado o sigilo das investigações.
- D** Ninguém poderá ser levado à prisão ou ser nela mantido nos crimes em que a lei admitir a liberdade provisória com ou sem fiança.
- E** O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, todavia o seu silêncio poderá implicar confissão do crime.

QUESTÃO 80

A prisão preventiva

- A** poderá ser decretada pelo juiz somente após o recebimento da denúncia e durante o curso do processo penal.
- B** poderá ser decretada pela autoridade policial durante a investigação policial.
- C** não poderá ser decretada se o juiz verificar, pelas provas constantes dos autos, que o agente praticou o crime em situação de legítima defesa.
- D** poderá ser decretada em se tratando de crimes hediondos, ainda que não haja provas da existência do crime e indícios suficientes de autoria.
- E** poderá ser decreta em substituição à prisão em flagrante por crime hediondo, não sendo necessário, nessa situação, ser motivada sua decisão.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, nos locais apropriados, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de texto definitivo** correspondente.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado. Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente à identificação do candidato em local indevido.
- Na prova discursiva, ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **20,00 pontos**, dos quais até **1,00 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

Redija um texto dissertativo a respeito dos tipos de licitação, atendendo, necessariamente, ao que se pede a seguir.

- ▶ Explícite o significado atribuído à expressão tipos de licitação, com base na Lei n.º 8.666/1993. [valor: 4,00 pontos]
- ▶ Cite os tipos de licitação previstos no ordenamento jurídico brasileiro. [valor: 4,00 pontos]
- ▶ Aponte as principais diferenças entre os referidos tipos de licitação. [valor: 5,00 pontos]
- ▶ Indique o(s) tipo(s) de licitação adequado(s) à contratação de empresa de natureza predominantemente intelectual. [valor: 6,00 pontos]

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



cespeUnB

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos